



NOVOS OLHARES SOBRE OS POVOS INDÍGENAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA FORMAÇÃO DO DOCENTE EM GEOGRAFIA

Marllon Henrique Leandro
mhleandrogeo@gmail.com

Resumo

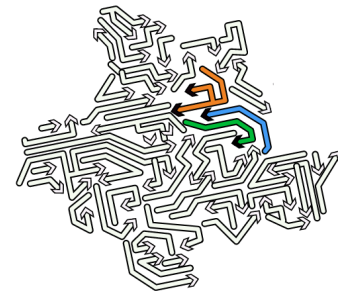
O presente trabalho parte de uma discussão sobre o contexto indígena no Brasil. O objetivo desse texto, é discutir os estereótipos e conflitos vivenciados pelos indígenas na busca pelo reconhecimento e emancipação na luta pela conquista de seus direitos e ressignificação diante preconceitos construídos socialmente. Além disso, é mencionado o papel do professor de Geografia como mediador na análise crítica sobre os povos indígenas na sala de aula com seus alunos. Por fim, é apontado algumas etapas para que o professor possa conduzir as atividades pedagógicas, bem como, possíveis reflexões para a construção de uma visão anticolonialista sobre os povos originários.

Palavras-chave: Povos Indígenas, Anticolonialismo, Geografia.

Introdução

Em primeiro lugar é preciso ressaltar que vivemos em um mundo capitalista, desigual, xenofóbico, racista, e que de certo modo, fomos assim de maneira geral criados a pensar em algumas concepções de mundo que estão alicerçadas numa ideia de inferioridade diante dos europeus, e/ou dos países ditos desenvolvidos é cercada de contradições ao ser descrita como um *avanço de um estágio inferior para o superior* em muitos dicionários, afinal, desde a colonização europeia na América, ocorreu o desenvolvimento? De qual desenvolvimento ou avanço a chegada dos europeus provocou no continente e mais especificamente no território brasileiro? Os europeus propiciaram o desenvolvimento do território compartilhando os ensinamentos com os ameríndios? Podemos chamar de desenvolvimento um território que foi construído sobre sangue e devastação?

Deste modo, é perceptível que a visão de um cidadão latino-americano ou sul-americano já que por muitas vezes, é nessa perspectiva o brasileiro se enquadra pode ficar ofuscada por uma ideia que é transmitida desde os primeiros anos da alfabetização que o



“desenvolvimento” só foi possível a partir da chegada e “descoberta” dos portugueses em terras brasileiras, e que sem esse acontecimento, atualmente estaríamos “parados” no tempo. Contudo, os indígenas são os verdadeiros donos dessas terras, e ainda hoje, lutam para fazer valer o acesso e a demarcação de terras que ora foram retiradas, extraviadas, furtadas de muitas etnias que já estavam aqui antes da chegada dos europeus.

Assim, esse ensaio pretende trazer algumas reflexões sobre os povos indígenas e suas lutas emancipatórias, a quebra de paradigmas, ou seja, entender que esses povos tradicionais tem muito a contribuir por meio do compartilhamentos de suas culturas, línguas, dialetos, folclore, crenças derrubando assim os estereótipos na busca de seu espaço na sociedade, diante disso, a partir de um relato de experiência possível, a participação do autor em uma disciplina intitulada “Formação Docente em Geografia” do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, com a temática sobre os povos indígenas trouxe considerável contribuição para o direcionamento das reflexões entorno do universo dos povos indígenas.

Deste modo, as visões do autor serão embasadas em debates, leituras, atividades de campo que foram importantes para que esse olhar sobre o indígena e toda a construção do povo brasileiro possibilitasse uma reflexão crítica que possibilitou na formulação de novos saberes que são levados para a vida profissional como educador e acadêmica como pesquisador de agora em diante, e que possa permitir novas abordagens intencionando a construção de uma nova Geografia anticolonialista na perspectiva do contexto do indígena e sua relação com a terra.

Ressignificando o modo de ver os indígenas na perspectiva construtivista

Sabemos que desde o período colonial até os dias atuais, não tivemos grandes avanços ou revoluções no modo que caracterizamos, entendemos, discutimos e refletimos sobre alguns povos indígenas no Brasil. A propósito, os indígenas nesse país são vistos como uma figura caricata, estereotipada, em muitas vezes, inferiorizada como “aquele que não trabalha”, “aquele que é preguiçoso”. Essa construção da figura indígena é de fato uma construção de um discurso e uma visão colonialista que não cabe mais em um país de onde foram retiradas, extraviadas suas riquezas, que seus povos foram exterminados, e junto deles suas terras foram invadidas.



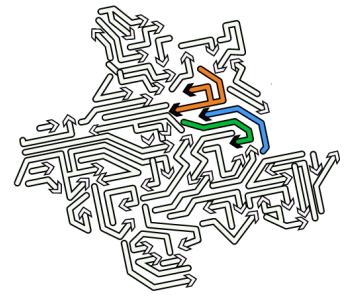
Assim, pensar sobre o indígena no Brasil atualmente é conviver com essas visões que não contribuem para a emancipação, liberdade e respeito aos povos originários, é preciso que essa luta ultrapasse os limites impostos pelas classes dominantes no poder desde a formação do território desse país. Para isso, a Constituição de 1988, foi sim, de fato, um marco para o reconhecimento dos indígenas como afirma Nair Medeiros:

Os povos indígenas tiveram uma participação ativa no processo que levou à promulgação da Constituição Federal de 1988, o primeiro e mais significativo passo em direção ao reconhecimento de seus direitos fundamentais (MEDEIROS, 2023, p.41)

Essa participação na construção da Constituição Federal de 1988, tinha sim como fundamento mostrar para o país, que os indígenas contribuem com a formação da cultura e do povo do Brasil, e que o reconhecimento poderia ser o ponto de partida para os processos de demarcação de terras para que os povos pudessem desenvolver-se e perpetuar suas culturas para as próximas gerações.

Contudo, sabemos de antemão que esse caminho é difícil, assim, os conhecimentos adquiridos ao longo da disciplina “Formação Docente em Geografia”, propiciou a reflexão e a forma de pensar fora da “caixinha”, pensar a partir de uma visão anticolonialista, pensar a partir de falas de indígenas, estudiosos da área, para que nossos modos de pensar e ver o mundo sofresse um choque, e assim, conseguíssemos ressignificar sobre o ser indígena no Brasil.

Essa ressignificação parte do modelo construtivista, sendo que, o professor como mediador do aluno na busca do conhecimento pode possibilitar viver situações que provoquem os educandos a buscar informações, vivenciar experiências relacionadas a diversas culturas que envolvam os povos indígenas na atualidade propiciando a construção de um cenário alicerçado no mundo anticolonialista, uma visão de mundo em que os indígenas são os donos das terras que aqui foram invadidas e exploradas as riquezas, assim sendo, a escola, os



professores e alunos têm papel extremamente importante para a desconstrução da ideia de como vimos os indígenas. Deste modo, a partir das vozes dos indígenas e da formação e capacitação dos professores que conseguiremos promover uma revolução no modo de entender as culturas dos povos originários, aprender sobre seus legados e desmistificar o que sabemos no mundo em que vivemos, saber este, que coloca os indígenas em um espaço de folclore, de fábula.

Um marco importante para as discussões sobre os indígenas na escola foi a aprovação da lei 11.645 de 10 de março de 2008, assim essa lei torna nas escolas “a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados” (PRINTES,2014 p.197). Essa autora reforça ainda que a obrigatoriedade de se ensinar sobre os povos indígenas como também a cultura afro-brasileira não pode estar restrita a uma norma no documento oficial da Lei de Diretrizes Básicas da Educação, LDB, mas é preciso que os educadores tenham conhecimento da importância de promoção de debates e discussões acerca dessas temáticas para desconstruir discursos preconceituosos embutidos na nossa sociedade em geral.

Nessa perspectiva de entender e ressignificar as visões sobre os indígenas, surgem assim, novas realidades que submetem alguns povos como os que vivem nas cidades, os denominados “não-aldeados” estereotipando-os com dizeres que não são indígenas por não viverem na floresta ou em alguma aldeia, como também, o fato de alguns indígenas utilizarem as tecnologias como celulares, computadores, internet no ciberespaço, e etc, em alguns casos, é observado que algumas etnias promovem o preconceito com indígenas que usam esses objetos tidos como característicos do mundo da cidade. Assim, é preciso a partir dessas visões introduzir um olhar de que os indígenas não perderão sua identidade pelo fato de adentrarem o mundo da cidade, da universidade, da política, da administração e do trabalho em locais que não sejam dentro dos territórios de cada povo. Como maneira de exemplificar, atualmente, muitos indígenas e/ou etnias, povos tem construindo páginas no facebook, twitter de debate, diálogo e exposição sobre os problemas, festas, crenças, danças, ou seja, cultura em geral no ciberespaço que é o chamado espaço virtual da rede de computadores mundo afora, e utilizam esse espaço para a atuação como ativistas em prol da luta por uma causa em comum, é o chamado “Ciberativismo” como afirma a autora Nair Medeiros:



O uso de novas tecnologias da comunicação e da informação pelos ativistas de causas diversas. Em seu momento inicial, quando a Internet representava apenas um espaço de comunicação, sua ação se

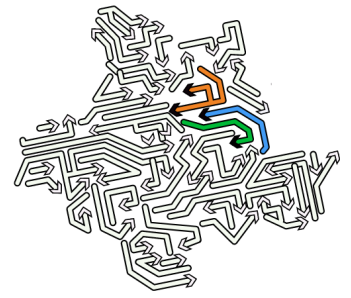
dava nas trocas de mensagens de textos nos chamados grupos de discussão na usenet¹⁴ e nas BBSs¹⁵. Com a criação e expansão da web¹⁶, surgem os primeiros sites de apoio a causas ativistas, protestos organizados pela rede (MEDEIROS, 2023 p.63-64).

Logo, os indígenas como observamos estão adentrando cada vez mais o mundo exterior ao seu território, ou aquele que deveria ser sua terra, sua moradia já que muitas etnias não possuem suas terras asseguradas pelo reconhecimento por parte do Estado. O ciberespaço se demonstra como um espaço importante de luta e debate sobre as principais pautas de emancipação dos indígenas, assim, dentro desse entendimento, o papel da escola é fundamental para promover uma visão contrária a aquela ensinada desde cedo para as crianças e jovens alicerçada na ideia dos indígenas como inferiores, e sim, partir de uma visão integradora, colaborativa e crítica da realidade vivenciada pelos povos originários no mundo contemporâneo, e em especial, no Brasil.

Assim sendo, o professor tem grande importância para a mediação dos debates com os alunos, e a Geografia, se torna uma disciplina muito importante por abarcar a cultura, o território e a formação do povo no nosso país.

As novas abordagens sobre os povos indígenas nas aulas de Geografia

A luta pelos direitos relacionados aos povos indígenas começa tendo como palco de conflitos o território, conceito extremamente importante nas discussões que envolvem a ciência geográfica. O território é na sua definição mais simples, uma área delimitada no espaço por relações de poder, poder que sempre foi atribuído na história de formação do Brasil colonial na figura dos “colonizadores” que prefiro aqui denominar de invasores. Muitos indígenas ou etnias possuem uma estreita relação com a terra, esta que provém o seu sustento, onde sua ligação é mais do que uma área do espaço, uma formação geológica ou da pedogênese, é acima de tudo, associado ao sagrado, ao espiritual. O território em si, no sentido denotativo do termo, para muitos indígenas não existe em seu vocabulário, língua,



como muitos outros conceitos estudados em Geografia. O território para os indígenas muitas vezes se refere a ideia de todo um espaço onde seus recursos estão disponíveis, sua cultura pode ser vivenciada e perpetuada para todas as gerações como podemos observar adiante:

Os elementos que marcam a territorialidade indígena são os vínculos afetivos com o seu território, esse sentimento de pertença de um com o outro (relação índio e terra mãe) explica o sentido de dar a sua vida pela sua terra. O uso social que dá ao território numa lógica contrária do sentido capitalista que vê o território como mercadoria. E a forma de proteger seu território, [...], diferentemente do olhar capitalista, para os povos indígenas o território não tem valor de mercado, mas sim valor de uso – coletivamente – e o espaço é o “local” de possibilidades (ELOY AMADO, 2014, p.67-68).

Deste modo, o território para muitas etnias indígenas advém de uma relação mais subjetiva e ao mesmo tempo concreta, a partir de laços “afetivos” que no contexto geográfico se assemelha mais a categoria do lugar, assim sendo, como produzir materiais didáticos que expõem uma realidade mais próxima possível das vivências dos indígenas no Brasil? Como produzir recursos que não desqualificam e estereotipam os povos originários? Como os professores desse país devem trabalhar os temas relacionados aos povos tradicionais e em especial, os povos indígenas, ou seja, essa abordagem deve ser a mesma a qual já trabalhamos dentro da sala de aula? De fato, são indagações que foram discutidas e debatidas intensamente na disciplina durante esse primeiro semestre do ano de dois mil e vinte três em que pudemos desvendar e vislumbrar um ensino de Geografia diferente na sala de aula.

Assim, prefiro aqui elencar alguns pontos que acredito serem essenciais para essa mudança no modo de ensinar e nas abordagens no que se refere aos indígenas nas aulas de Geografia:

- 1 – Primeiramente são necessários o conhecimento e as informações sobre as etnias que o material didático da escola em que leciona citam, e/ou outras etnias que o professor gostaria de trabalhar e levar os alunos a conhecer;
- 2 – Buscar referências, leis, notícias, reportagens (áudio/visuais) sobre os povos originários com o intuito de se informar a respeito das abordagens que o livro didático está divulgando para desmitificar ou reafirmar como falsa ou verdadeira as informações. Nesse ponto, indico



um site que promove o diálogo entre os indígenas, além de inúmeras informações sobre diversas etnias do Brasil.

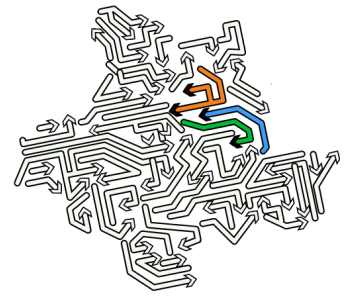
3 – Debater e dialogar com os seus alunos as abordagens do material didático confrontando com as informações pesquisadas por eles.

4 – Produzir materiais a partir de todo o aprendizado adquirido de modo a complementar e/ou substituir as informações trazidas pelo material trabalhado na escola.

5 – Por último, reproduzir em forma de manifesto, debates, notícias, artes, teatro, e demais atividades artísticas com o maior número de pessoas como os indígenas preferem ser chamados, como realmente vivem, as lutas pelo reconhecimento de suas terras a partir de uma visão anticolonialista.

Essas etapas ou indicações de condução que o professor atualmente deve exercer ou seguir para um conhecimento mais aprofundado e crítico em relação aos indígenas, são somente alguns pontos que o autor deseja trabalhar a partir de todos os conhecimentos adquiridos ao longo da disciplina realizada. Nesse sentido, a mediação do professor na condução das atividades propostas é de extrema importância, pois, nesse primeiro contato do aluno com o universo indígena ainda é um processo marcado pelos preconceitos e estereótipos, que não são de culpa dos alunos e professores, mas como já salientamos aqui, parte de uma visão de mundo colonialista e eurocêntrica que foi sendo construída ao longo da educação e escolarização dos mesmos.

Assim sendo, o professor tem um papel chave nesse processo, pois a condução, intervenção, direcionamento e proposição da pesquisa parte desse sujeito em relação aos outros sujeitos, os alunos, assim a postura do professor deve ser de auxiliar os seus alunos na mudança de paradigma e construção de um novo conceito, olhar e crítica sobre os povos indígenas e os conflitos existentes. Deste modo, o papel do professor deve ser de:



[...], ao ensinar um conteúdo a ou b, não é apenas o de me esforçar para, com clareza máxima, descrever substantividade do conteúdo para que o aluno fixe. Meu papel fundamental, ao falar com clareza sobre o objeto, é incitar o aluno a fim de que ele, com os materiais que ofereço, produza a compreensão do objeto em lugar de recebe-la, na íntegra, de mim” (FREIRE, 1996, p. 118).

Esse deve ser o modo com que o ensino de Geografia deve ser conduzido pelo professor em suas aulas sobre quaisquer assuntos e temas da ciência geográfico, e sobretudo, sobre os povos indígenas a quem é referido nesse texto. É preciso antes de tudo, que o professor ofereça o máximo de recursos para que o aluno esteja informado como indicação de livros, sites e espaços que trabalhem a temática indígena nas proximidades que vivem seus alunos, e diante de todas as informações e a mediação do educador ele construa sua crítica e a compreensão do objeto de estudo como afirma Freire. A Geografia é uma das ciências existentes que permite além dos conhecimentos adquiridos pelas informações populares e acadêmicas, confrontá-las com as experiências do cotidiano dos alunos, que muitas vezes, mesmo tendo exceções, reforçam a caricatura do indígena com suas vestimentas tradicionais, pinturas, dentre outros adereços, ou seja, a ideia que o indígena faz parte do imaginário da sociedade, e que deve ser lembrado somente no “dia do índio” reforçando essas características. Entretanto, o ensino de Geografia que buscamos enfatizar, é o ensino centrado na criticidade que buscar indagar, propor, questionar, reconstruir essas visões, por conseguinte, procurar caminhos que desenvolvam uma reflexão emancipatória dos indígenas por meio do conhecimento não somente dessas características culturais que são importantes, mas também, levar os alunos a pensar, que os indígenas vivenciam uma “invisibilidade” em vários espaços na sociedade, sejam, na política, na administração, nas universidades, e que é preciso que haja representantes indígenas que busquem lutar pelos direitos enquanto cidadãos do Brasil

Também é necessário que dentro da sala de aula, os alunos possam conhecer que existem indígenas não aldeados vivendo nas cidades por meio de atividade de campo que confrontam os alunos com a realidade vivida por esses indígenas conhecendo assim sua cultura enquanto cidadãos da cidade, das mesma maneira que, indígenas que utilizam cada vez mais as redes sociais como foi relatado no início do texto, utilizando tecnologias, e que segundo essa visão, os mesmos não deixam de pertencer a determinada etnia, somente

demonstram que muitos indígenas tem ocupado espaços novos de luta. Uma notícia desse ano de 2023 reforça que os indígenas tem utilizado os recursos tecnológicos para defender seus territórios como podemos observar na imagem a seguir:

Figura 1 – Reportagem sobre o uso de tecnologias por indígenas do Acre.

Home » Matérias » Comunidades indígenas no Acre utilizam drones e aplicativos de celular para monitorar seus territórios

MATÉRIAS

Comunidades indígenas no Acre utilizam drones e aplicativos de celular para monitorar seus territórios

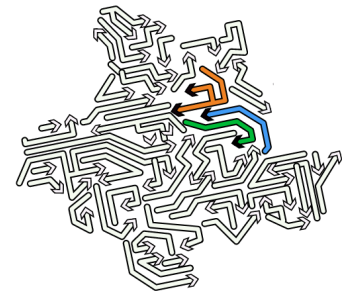
Sistema foi criado pela Conservação Internacional (CI-Brasil) em parceria com os povos Yawanawá e Ashaninka



By Convidado Especial – 22/04/2023 – Updated: 07/06/2023 4 Mins Read

Fonte: Startupi, 2023.

Nessa reportagem, os indígenas do estado do Acre, região norte do Brasil, utilizam tecnologias como drone e celulares para monitorar áreas de desmatamento e queimadas, mostrando que o uso de tecnologias pelos indígenas contribui para a inserção dos mesmos no mundo digital, e que assim sendo, eles não perdem sua identidade cultural, em outras palavras, não é da forma que nos vestimos, o que fazemos, ou no lugar que estou vivendo, que a essência, a identidade, deixará de existir, se perderá, como é relatado e estereotipado, ou seja, uma descrição imposta por uma parcela da sociedade que rotula, impõe certas características descritivas e/ou que desqualificam suas atividades, assim, para muitas pessoas



na sociedade, existem rótulos dizendo que “o indígena deixou de ser índio quando utiliza tecnologia”, como podemos observar abaixo:

Entre o discurso da inovação que produz um imaginário do novo como sucesso e do velho como fracasso, o sujeito indígena é ainda atravessado pelo discurso que afirma, como já vimos, que se deixou “corromper”, perdeu a “pureza” ao incorporar elementos, no caso a tecnologia, da cultura do não indígena e que, por isso, “não é mais índio” (MEDEIROS, 2023, p.49).

Logo, essas visões descritas pelo autor acima estão presentes em muitos espaços da sociedade, como também, entre algumas povos que são resistentes a aceitação de indígenas adentrarem o mundo das tecnologias e inovações do mundo contemporâneo propõe, “[...], que o uso das tecnologias digitais por indígenas de diferentes povos do Brasil ocorre em um contexto de tensão entre a tradição e a inovação” (MEDEIROS,2023, p. 49), assim, sempre é relevante analisar cada caso separado, existem muitas etnias diferentes, com pensamentos, culturas e formas de ver o mundo exterior com perspectivas distintas, sendo assim, é preciso respeitar cada cultura.

Isto posto, algumas reportagens podem contribuir com a mediação do professor nas aulas de Geografia o desenvolvimento de novos olhares dos alunos em relação aos indígenas. Antes de tudo, estudar sobre os povos originários é atribuir novos significados e entendimentos não consolidados ao longo da construção dos saberes nas escolas e no cotidiano de cada indivíduo, e reaprender é necessário para a convivência entre as diferentes culturas existentes no nosso país.

Considerações finais

A Geografia é sem dúvida, por assim dizer, uma ciência que vive das transformações do espaço geográfico, e das metamorfoses da sociedade que utiliza dos recursos para o desenvolvimento. Ao tratarmos de assuntos tão diversos, é preciso refletir e debater para construir, desconstruir e reconstruir novos olhares sobre diversos temas que afloram cada vez mais nos debates na universidade e na sociedade como um todo.

Todavia, sabemos que debater sobre os povos indígenas exige conhecimentos que vão além dos saberes construídos na escola, na sociedade e na universidade, deste modo, o ideal seria que os próprios indígenas estivessem como protagonistas na busca pela ascensão aos



espaços de luta por seus direitos, seria necessário que os indígenas atuassem na construção dos materiais didáticos trabalhados na sala de aula ilustrando seus problemas e suas culturas a partir desses olhares de vivência, e também, seria necessário que tivéssemos professores indígenas trabalhando nas escolas do país.

Portanto, a participação dos indígenas na política, nas discussões de uma educação indígena tem adentrado a universidade por meio de mesas redondas, palestras, compartilhamento de experiências, como também, por meio da atuação como agentes sociais lutando pelo reconhecimento e emancipação desde a Constituição de 1988. Logo, é preciso que cada passo seja motivo de conquista na luta por seus direitos, e essa disciplina, e falar cada vez mais em prol dos povos originários contribui cada vez mais para que possamos dar voz a esses povos tão importantes na formação cultural do nosso povo, e do nosso país.

Referências Bibliográficas

ELOY AMADO, Luis Henrique. **Pok'êxa ûti o território indígena como direito fundamental para o etnodesenvolvimento local.** / Luis Henrique Eloy Amado; orientação Josemar Campos Maciel, 2014. Disponível em: <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/15059-dissertacao-eloy-versao-final.pdf>.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MEDEIROS, Nair Cristina Carlos de. **Indígenas no ciberespaço: territórios e discursos.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. 174p.

PRINTES, Rafaela Biehl. **Presença indígena nos livros didáticos de Geografia.** Revista Brasileira de Educação em Geografia, Campinas, v. 4, n. 8, p. 195-220, jul./dez., 2014

Comunidades indígenas no Acre utilizam drones e aplicativos de celular para monitorar seus territórios. Startupi, 22/04/2023, atualizada em 07/06/2023. Disponível em:< <https://startupi.com.br/comunidades-indigenas-utilizam-drones/>>.